

Criação de oito Estados custaria US\$ 10 bilhões

BRASÍLIA — Oito novos Estados, tornando autônomas regiões ricas ou esquecidas pelos governos, são as principais propostas que o anteprojeto da Subcomissão dos Estados, elaborado pelo Deputado Siqueira Campos (PDC-GO), apresenta à Constituinte. Caso todas as propostas sejam aprovadas, os contribuintes pagarão, no mínimo, US\$ 10 bilhões para redesenhar o mapa do Brasil, segundo uma "vaga estimativa" de técnicos do Ministério do Interior.

Certos parecem ser a transformação em Estados dos Territórios de Roraima e Amapá — que dispõem de infra-estrutura administrativa e política, simplificando o processo — e o desmembramento da região Norte de Goiás, criando o Estado do Tocantins. Aliás, este último já foi aprovado duas vezes pelo Congresso e vetado pelo Presidente da República. As demais proposições são polêmicas.

Têm boas chances o Maranhão do Sul e o Tapajós (Oeste do Pará), pelas incoerências da atual divisão político-geográfica. Dependem dos lobbies os de Santa Cruz (Sul da Bahia) e do Triângulo (Oeste de Minas), ricas regiões agropecuárias. Mas quem apostar no Estado do Juruá (fronteira do Amazonas com o Peru), terá quase certa a derrota. A região tem baixa densidade demográfica. Será mais fácil vê-la como um Território, sob a influência do Exército.

Ao todo, foram analisadas 185 sugestões. Entre as³ rejeitadas, incluem-se três propostas de restauração do Estado da Guanabara e a criação do Estado de São Francisco (reunindo áreas da Bahia e Minas). Este último conta, no entanto, com um forte lobby e poderá ser reapresentado em plenário.

O anteprojeto determina que o Governo brasileiro tome todas as providências para implantação das novas unidades federativas em 180 dias. Sugere também que sejam adotadas as normas da divisão do Mato Grosso, fixando-se os dispêndios financeiros a cargo da União em valores atualizados e proporcionais à população, área e número de municípios. Finalmente, propõe a criação de uma Comissão de Redivisão Territorial do País, permanente, com nove representantes do Congresso, cinco do Executivo, um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os critérios para a formação de novos Estados levam em conta dados históricos, a necessidade de desenvolvimento de determinadas regiões específicas e medidas de ordem político-econômica. Tocantins já conta com a aceitação por parte dos deputados estaduais de Goiás. Os demais Estados dependem, além da Constituinte, da aprovação das Assembleias Legislativas e das populações chamadas a opinar em plebiscitos.